

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 7.063, DE 2002

Dispõe sobre o exercício profissional do técnico em óptica e dá outras providências.

Autor: Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

Relatora: Deputada FLÁVIA MORAIS

I – RELATÓRIO

A presente iniciativa tem como objetivo a regulamentação do exercício profissional do técnico em óptica, definindo os profissionais e estabelecendo condições para o exercício da profissão.

Assegura, porém, aos ópticos práticos que estejam no desempenho da profissão, há pelo menos dois anos, a partir da vigência da lei, o direito de continuar a exercê-la.

O projeto também propõe a criação dos Conselhos Federal e Regionais com a finalidade de disciplinar o exercício da profissão e defender o profissional.

Em sua justificção, argumenta o Autor que, *para a proteção preventiva da melhora visual pública é preciso que a profissão seja devidamente disciplinada, inclusive com o respaldo de seus Conselhos, impedindo, assim, que pessoas inescrupulosas e inabilitadas continuem a causar danos à clientela.*

A proposição, que está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, foi distribuída para análise da Comissão de Trabalho, de

Administração e Serviço Público (CTASP) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O projeto de lei sob exame já foi objeto da relatoria do Deputado Pastor Francisco Olímpio, que se manifestou pela sua aprovação, com substitutivo; e da Deputada Vanessa Grazziotin e do Deputado Policarpo, que recomendaram a sua rejeição.

É o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

Compete a esta Comissão de mérito a análise da presente iniciativa Parlamentar sob o aspecto das relações de trabalho e da regulamentação do exercício profissional.

Nesse sentido, gostaríamos de nos socorrer do Parecer do último parlamentar a analisar o projeto nesta Comissão, o nobre Deputado Policarpo, que rejeitou a matéria alicerçado nos argumentos apresentados pela então Deputada Vanessa Grazziotin, com os quais concordamos totalmente e rendemos homenagens:

“Na realidade, ainda que não exista uma lei regulamentadora da profissão, nos moldes em que estamos acostumados a ver em relação a outras profissões, a atividade do técnico em óptica já está suficientemente disciplinada na legislação brasileira.

O Decreto nº 20.931, de 11 de janeiro de 1932,¹ regula o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária e das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira. De acordo com o art. 39 desse Decreto, é vedado às casas de óptica confeccionar e vender lentes de grau sem prescrição médica, bem como instalar consultórios médicos nas dependências dos seus estabelecimentos.

¹ Decreto baixado pelo Governo Provisório, com força de lei.

Complementando as disposições do Decreto de 1932, o Decreto nº 24.492, de 28 de junho de 1934, baixa instruções sobre sua aplicação, na parte relativa à venda de lentes de grau. Nesse sentido, o Decreto nº 24.492 dispõe sobre a fiscalização dos estabelecimentos que vendem lentes de grau e especifica os requisitos mínimos para o funcionamento, entre os quais se insere a exigência de que **o estabelecimento tenha um óptico prático habilitado e registrado no órgão federal ou nos órgãos estaduais de vigilância sanitária**. O Decreto trata, ainda, das atribuições do óptico prático, incluindo a responsabilidade técnica pelo estabelecimento comercial.

Cabe observar que, ainda que o óptico prático mencionado no Decreto de 1934 não mais exista com essa denominação, as legislações trabalhista e educacional, assim como decisões judiciais, admitem que duas espécies de profissionais o sucederam: os optometristas (ou ortoptistas), de nível superior, e os técnicos em óptica, de nível médio.

Em 19 de janeiro de 1976, foi baixado o Decreto nº 77.052, que dispõe sobre a fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas diretamente com a saúde.

Diante da legislação em vigor, os optometristas e os técnicos em óptica devem obter o licenciamento sanitário, o que pode ser feito nos órgãos estaduais de fiscalização sanitária, mediante a comprovação da habilitação legal em instituição credenciada. Feito o registro na vigilância sanitária estadual, esses profissionais podem desempenhar suas atividades, incluindo a responsabilidade técnica por estabelecimentos ópticos.

Parece-nos, portanto, estar suficientemente regulamentada a atividade, no sentido da proteção da população usuária dos serviços, porquanto se trata de atividade que pode por em risco sua saúde. Deve-se ressaltar que a regulamentação de uma profissão tem exatamente esse objetivo: proteger a população que utiliza os serviços do

profissional. Não se confunde, portanto, com a proteção do trabalhador ou com a garantia de direitos trabalhistas. Isso é feito pela legislação do trabalho, que contempla todos aqueles que trabalham sob subordinação, independentemente de exercerem uma profissão regulamentada.

A proposição sob comento, limitando-se a delimitar as atividades dos técnicos em óptica e estabelecer condições para o exercício da profissão, nada acrescenta à regulamentação hoje vigente.

No que diz respeito ao art. 3º, cabe lembrar, conforme consta do parecer da Deputada Vanessa Grazziotin, que *a fiscalização das atividades dos técnicos em ópticas já é feita, regularmente, pelos órgãos estaduais de fiscalização sanitária. A despeito disso, o Projeto de Lei propõe a criação de Conselhos Federal e Regionais, aos quais incumbiria essa atribuição. Os conselhos de fiscalização profissional são, porém, autarquias, somente sendo possível sua criação ser feita mediante lei de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme determina o art. 61, § 1º, inciso II, alínea “e”, da Constituição Federal. Neste aspecto, portanto, o Projeto de Lei revela-se inconstitucional, por vício de iniciativa.”*

Ante o exposto, votamos também pela **rejeição do Projeto de Lei nº 7.063, de 2002.**

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputada FLÁVIA MORAIS
Relatora